

**EDIÇÃO DE LIVROS EM PORTUGAL E NO BRASIL:
INFLUÊNCIA E CONTRA-INFLUÊNCIA NA INVERSÃO DO PODER
TIPOGRÁFICO**

NUNO MIGUEL RIBEIRO DE MEDEIROS*

Nas relações estabelecidas entre Portugal e Brasil tendo como pano de fundo o livro e o mercado editorial, é possível descortinar um conjunto de circunstâncias e um tempo que as enquadra em que as alterações na estrutura editorial e livreira dos dois países, com maior incidência talvez no caso brasileiro, transformam os universos do livro editado nos dois países. Situado essencialmente nos vinte, vinte e cinco anos que decorrem entre o princípio da II Guerra Mundial e o decurso da década de 1960 esse tempo parece constituir o ciclo completo em que se consuma o que designei noutra local de inversão nos processos de influência tipográfica entre os dois países (MEDEIROS, 2010), basculação que se traduziu genericamente no facto de Portugal passar de exportador líquido para importador líquido nas suas transacções com o Brasil no que concerne ao livro, bem como no crescimento das referências brasileiras, fundamentalmente literárias, no espaço editorial português.

As relações entre os sectores editoriais dos dois países seguiram um trajecto repleto de escolhos, com avanços e retrocessos. Do ponto de vista das práticas discursivas e das representações de um número avultado de editores portugueses, durante muito tempo o universo brasileiro do livro e da leitura é omnipresente na retórica sobre o desenvolvimento do livro português e do seu mercado, bem como no posicionamento editorial português acerca do intercâmbio cultural lusófono, missão cuja direcção e promoção, aliás, muitos agentes do livro em Portugal crêem ser pertença natural de Portugal. Até aos anos 60 do século XX, muitas das posições das gentes do livro portuguesas – sobretudo, mas não exclusivamente, dos editores – face ao mercado brasileiro ainda se apegam à antiga ideia de dependência como subproduto de colonização cultural. Com efeito, o resíduo de mercados mitificados como o brasileiro é

* Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa e CesNova – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em sociologia histórica e doutorando em sociologia histórica da cultura.

ainda sensível no discurso. Fortemente habituados à situação histórica de relativa dependência e incipiência do mercado do livro no Brasil, os editores portugueses tendem a observar-se como centro a quem está reservado um papel de alimentação de um público e de um sistema livreiro que lhe é fiel.

O princípio do direito histórico à influência cultural sobre o território brasileiro, não assumido mas patente na matriz narrativa dos editores portugueses, suportava-se na perpetuação de uma visão do espaço brasileiro do livro a partir de uma lente que reduzia este espaço a um mercado-recipiente, condição tributária de debilidades manifestadas pelo Brasil em termos de crescimento e maturidade livreiras e, sobretudo, editoriais. Esta condição tinha, decerto, raízes históricas de todos conhecidas, sendo simbolicamente representada pela instalação no Rio de Janeiro da Impressão Régia em 1808, o marco inicial da actividade permanente de tipografia em terras brasileiras, assinalavelmente tardio relativamente a casos análogos noutras colónias do continente americano (ABREU, 2010). Mas esta mesma condição, e a eternização de sua percepção, a partir de determinado momento convenientemente míope face ao inegável surto de desenvolvimento do sector livreiro e editorial brasileiro (BRAGANÇA e ABREU, 2010), revelaram-se efectivamente incompatíveis com esse mesmo dado crescentemente indesmentível: o de que a realidade se transfigurara. E mudara tanto, que se pode considerar que ao longo do quarto de século a que se aludiu no princípio as relações de influência no que respeita ao livro se invertem.

Para além dos factores endógenos, como a censura e a repressão intelectual e social, a ausência de políticas públicas para o livro, a tenacidade de elevados índices de analfabetismo, ou mesmo a persistência de práticas de timbre artesanal das próprias gentes do livro, os actores do sector encontravam-se ainda limitados por circunstâncias variadas no que concerne à dimensão externa, nomeadamente nas relações com o universo tipográfico brasileiro. Avultam como exemplos neste caso, e para quem quisesse exportar livros com regularidade para o outro lado do Atlântico, as diferenças cambiais e o peso dos portes para o Brasil, a desvalorização do cruzeiro e consequentes inflação do preço final dos volumes importados e congelamento pelo Banco do Brasil do pagamento das dívidas aos exportadores de livros portugueses, os diferendos entre mercados no que respeita à aquisição de direitos para a língua portuguesa ou a

legislação proibicionista de traduções portuguesas e originais brasileiros publicados em Portugal.¹

Efectivamente, a via da exportação, desde sempre destinada ao Brasil, passou a confrontar-se próximo dos anos 50 com um escolho que se veio a revelar de muito difícil superação pelos editores portugueses. O momento encontra-se juridicamente em 3 de Setembro de 1948, data de promulgação do célebre Decreto n.º 25.442, posteriormente alterado pela Lei n.º 842, de 4 de Outubro de 1949. Com este diploma, o Brasil impedia a importação de obras de autores estrangeiros, traduzidos ou editados em Portugal. No primeiro Congresso de Editores e Livreiros do Brasil, acontecido justamente em 1948 e promovido pela Câmara Brasileira do Livro, a situação é objecto de “amplos e vivos debates”, aprovando-se a “recomendação de revogação do Decreto n.º 25.442”, com 32 votos a favor, 4 contra e 2 abstenções. Aprova-se ainda a comunicação imediata da decisão tomada ao Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, o organismo português de representação das respectivas classes profissionais (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, 1950:44-45 e 99). Na verdade, a legislação não propugnava uma proibição pura e simples mas uma licença prévia, de amplo âmbito excludente, considerada pelos editores portugueses “morosa e difícil” (*Livros de Portugal*, n. 61:1-2, jun. 1952). Já no segundo congresso, decorrido em Novembro de 1954, a corrente de opinião prepondera em sentido inverso. As resoluções no que concerne à interdição de traduções portuguesas no Brasil foram no sentido da manutenção do *statu quo* entretanto estabelecido e que possibilitava a importação de livros portugueses de temática religiosa ou, casuisticamente, do domínio público, tendo-se rejeitado tanto a tese que pretendia a liberalização total da importação de livros editados em língua portuguesa quanto a que defendia a estrita e rigorosa observação da lei em vigor (n.º 2145, de 19 de Dezembro de 1953), que só permitia a entrada em território brasileiro de livros em língua portuguesa escritos por autores portugueses (*Livros de Portugal*, n. 85:7-8, dez. 1954). No terceiro congresso, realizado em Novembro de 1956, apesar da eliminação da legislação inibitória, reverbera ainda um certo sentimento proteccionista, com a aprovação de uma tese em que se recomenda a elaboração de um “projecto de lei que proíba a entrada no Brasil de traduções

¹ A questão das importações de livros editados em Portugal recobria outro aspecto, susceptível, como foi, de acirrar divergências e suscitar aproveitamentos: a ausência de unificação ortográfica da língua (ANÓNIMO, 1955).

portuguesas de autores de Domínio Público aqui já editadas” (*Livros de Portugal*, n. 100:2, nov.-dez. 1956).

Com suporte legal, vedava-se desta maneira aos editores portugueses durante oito anos o maior receptáculo das exportações de livros, o Brasil, não apresentando as colónias africanas e asiáticas um contingente populacional alfabetizado que justificasse significativas importações da metrópole. Sobre a propagação do livro editado em Portugal nas colónias, Francisco da Cunha Leão redige a informação n.º 1.175 da Direcção Geral de Ensino, de 20 de Dezembro de 1952, na qual sistematiza as razões que, em seu entendimento, contribuem para o insignificante peso dos mercados coloniais no comércio e produção editorial: restrição e fragilidade de rede comercial e de bibliotecas, deficiência ou ausência do sistema de cobranças postais, demora excessiva nas liquidações e inexistência de informação e divulgação quanto aos títulos que são editados. Assim se balizam algumas das múltiplas dificuldades enfrentadas por um sector que, no início dos anos 50, “representa pouco mais de um milésimo das exportações para o Ultramar”, “em boa parte só removíveis com o decidido apoio do Estado” (LEÃO, 1953:62). Suplementarmente ao facto de não possuir capacidade de expansão entre comunidades linguísticas luso-falantes, a edição portuguesa não pôde contar com as concentrações de emigrantes, cujo apanágio inescapável é a baixa ou inexistente literacia e o desinteresse pelo livro. Fora destes espaços, as letras portuguesas editadas são liminarmente ignoradas. A sua influência, por comparação com realidades axiais do centro como França, não existe (MOLLIER, 2001).

O caso da relação editorial entre Portugal e Brasil ilustra, como se referiu, o deslocamento dos termos de subordinação entre dois países. Este aspecto parece-me merecer uma exploração mais profunda. Consequência de uma política de perpetuação de dependência posta em prática pelos mecanismos do sistema colonial, o desenvolvimento de uma indústria editorial brasileira é tardio, emergindo com verdadeira autonomia apenas a partir dos anos 20 (HALLEWELL, 1985). Paralelo ao aparecimento de uma literatura brasileira assumida como nacional (SORÁ, 1999; MOREIRA, 2010), e nele participando activamente, o campo autónomo da edição – e, não menos importante, da impressão – no Brasil medra com pujança e celeridade, atingindo na década de 30 arcabouço competitivo no plano da produção em língua

portuguesa.² É à luz deste movimento que se deve compreender a proibição de 1948. No ocaso da década de 40 está aberto o caminho para uma inversão da relação de dependência com a antiga metrópole (LOPES, 2001), que só será parcialmente revertida nos anos 50 com o incremento da exportação de livros de editores portugueses para o Brasil, aproveitando quer a abolição em 1956 da legislação que interditava na prática a exportação das traduções publicadas em Portugal (*Livros de Portugal*, n. 97:1-2, maio-jun. 1956), quer a vaga de instabilidade económica que assolou terras brasileiras, que terá dificultado a produção da indústria local do livro no seu conjunto. A situação financeira do Brasil acabou, contudo, por se revelar uma faca de dois gumes, já que originou perdas sucessivas aos editores portugueses, que iam colecionando dívidas com a volubilidade cambial e o congelamento dos pagamentos de livros importados ordenado pelo banco central brasileiro, dando origem a anos de espera pela liquidação dos “atrasados”, saldados a conta-gotas.

No decurso da década de 40, a preocupação com a perda do maior e mais seguro mercado para o livro publicado em Portugal crescia no seio dos editores portugueses. Em 11 de Fevereiro de 1941, o *Diário de Notícias* havia lançado logo na primeira página “O S.O.S. do livro português”, a propósito do seu declínio em terras brasileiras. Para António Teixeira, da Clássica Editora e presidente da assembleia-geral do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, as

causas da nossa decadência no mercado brasileiro são várias. À dispersão de esforços, ao mercantilismo excessivo, à exploração e à inacção de um comércio muitas vezes sem recursos e sem meios de acção [...] há a juntar dois outros de capital importância: o desenvolvimento editorial brasileiro e, especialmente, o custo das taxas postais arbitradas para o livro (Diário de Notícias, 15 de fev. 1941:1)

Lobo Vilela, director literário da Editorial Gleba no princípio da década de 40 não esconde o desabafo. “É constrangedor ver como o livro português está quase banido do Brasil, sobretudo o livro moderno, e como o livro brasileiro se tem espalhado em Portugal!” (LISBOA, 1944:41). O conjunto de argumentos estabelece-se a partir do reconhecimento da estagnação da edição portuguesa, ultrapassada pelo dinamismo e arrojo inovador que o sector experimentava além-Atlântico. Arménio Amado, editor

² Confira-se a entrevista concedida por Joaquim de Oliveira Antunes, livreiro brasileiro, ao periódico *Vamos Ler* (*Livros de Portugal*, n. 32:13, out. 1944).

conimbricence e sócio fundador da Coimbra Editora, afirmava em entrevista a Irene Lisboa:

Já lá vai o tempo em que as nossas livrarias expediam tudo quanto tinham em armazém para o Brasil! Até os livros de verso sem possível consumo... E por lá se gastavam! Porém, hoje os processos de comerciar têm de ser outros. Há cinquenta anos invadíamos nós o mercado brasileiro com os nossos livros, hoje voltou-se o feitiço contra o feiticeiro [...]. Por isso temos de seleccionar a nossa mercadoria, de a cuidar. [...] Hoje as oficinas tipográficas brasileiras são notáveis. E notáveis as suas casas editoras! Este país está magnificamente apetrechado para nos bater e até nos esquecer: quanto à sua indústria, à expansão do livro, à selecção e tradução deste, etc. (LISBOA, 1944: 100).

Opinião análoga é declarada à mesma autora por João António de Carvalho, livreiro moçambicano da Minerva Central, para quem “os editores brasileiros têm uma maneira tão larga de comerciar, e os livros que nos últimos tempos têm lançado no mercado são de tão boa factura mecânica e já tão interessante literariamente, que se não estranha que breve açambarquem os mercados da língua” (LISBOA, 1944:250). A questão de fundo toca ainda na dimensão das editoriais brasileiras, logo, na sua capacidade de suportarem o risco com recurso a montantes de capital muito mais largos do que os possíveis às “pequenas iniciativas” nacionais. Para Manuel Rodrigues de Oliveira, editor das Edições Cosmos, a

produção brasileira está hoje subordinada a grandes empresas, como todos sabem. O Brasil cria e traduz em grande escala, por conta própria. É ele que abastece as colónias portuguesas da América do Norte, não nós. [...] O nosso livro vive das pequenas iniciativas e não afinal da expansão que a própria língua lhe podia assegurar (LISBOA, 1944:21).

Os ecos da mudança pressentida continuam a fazer-se ouvir no início da década seguinte. Os irmãos Lyon de Castro, fundadores das Publicações Europa-América em 1945, por exemplo, em lúcido e precoce editorial do seu jornal, interpretaram a dinâmica de transformação, opaca para alguns. Com clareza, o texto explica que

convém pormos de parte, e definitivamente, a ideia de que o Brasil ainda é um vasto campo de operações coloniais para o livro português. [...] Criaram-se assim as condições necessárias para o Brasil pensar que chegou o momento de se inverterm os papéis e a sua produção editorial

desempenhar no nosso país o papel que outrora as nossas edições representavam para o leitor brasileiro, sendo, portanto, necessário não esquecer a emancipação cultural do Brasil (CASTRO e CASTRO, 1952:2).

Apesar destas percepções, cuja expressão pode – como se viu – ser facilmente encontrada pelo menos na década de 40, só um pouco mais tarde é possível distinguir a emergência deste movimento de reconhecimento do surto do livro no Brasil na generalidade dos editores portugueses. Em grande medida motivados pelas dificuldades – anteriormente desconhecidas – na exportação de livros para o mercado brasileiro, mas também movidos por uma lenta tomada de consciência do desenvolvimento editorial do Brasil, os agentes do sector do livro em Portugal só no término dos anos 50 começam a construir uma imagem renovada do papel dos congéneres brasileiros, da sua produção editorial e das mutações nas apetências do seu público.

Neste esteio do reconhecimento da existência de transformação no espaço editorial brasileiro, visto como mais legítimo e maduro, surge mais tarde uma série de sugestões de entendimento colectivo, de propostas de certames conjuntos de carácter institucional e de alvitres para centrais de distribuição da produção livreira de cada um dos países no outro. Face a dificuldades crescentes, os editores portugueses passavam a entrever o Brasil como oportunidade que merecia um novo tipo de relação, não somente já baseada de forma exclusiva na exploração de um ente passivo e dependente, mas antes alicerçada na ideia de parceria e colaboração. O mercado brasileiro como destino natural de escoamento para o livro português desaparecia, e essa realidade era finalmente incorporada pelo campo do livro em Portugal, sobrevivendo já nos anos 60 uma profusão de artigos sobre o seu desaparecimento no que ainda hoje é visto por muitos como o grande território de exportação.³ E não seria a solta realização a 11 de Outubro de 1966 da muito esperada primeira Feira do Livro Brasileiro em Lisboa, simultânea (à hora) da primeira Feira do Livro Português no Rio de Janeiro, que iria alterar o estado de coisas.

³ Em registo entre a esperança e o pessimismo, uma rápida incursão pela imprensa periódica portuguesa permite traçar as angústias crescentes face ao declínio do livro editado em Portugal na outra margem do Atlântico. Sem pretensões de exaustividade, refira-se que o tópico é tratado nas páginas do *Diário de Lisboa* (11 de abr. 1964, 8 de mar. 1968, 11 de mar. 1969, etc.), do *Diário Popular* (4 de fev. 1965, 27 de fev. 1969, 4 de fev. 1971, etc.), d'*A Capital* (22 de mar. 1968, 27 de jul. 1968, etc.), aparecendo ainda no *Jornal de Letras e Artes* (12 de dez. 1962), no *Diário de Notícias* (5 de ago. 1967), n'*O Primeiro de Janeiro* (2 de nov. 1967), na *Vida Mundial* (15 de dez. 1967).

Nem todas as tentativas de contra-influência portuguesa do processo de desenvolvimento editorial brasileiro se orientaram pelas propostas colaborativas como caminho exploratório para permanecer ou reentrar no mercado brasileiro do livro. Assiste-se, por exemplo, a algumas movimentações de descontentes com a situação que não deixaram de apelar mais ou menos directamente à intervenção do Estado – administrativa, política e até diplomática – em questões como a dos pagamentos “atrasados” em relação ao fornecimento de livros, com os créditos acumulados em virtude do congelamento ordenado pelo banco central brasileiro a partir dos anos 50 (MEDEIROS, 2010).

É evidente, portanto, que as representações que os agentes do livro, sobretudo os editores, iam construindo acerca do espaço tipográfico brasileiro e das transformações que este ia manifestando não constituíam um bloco homogéneo. Não se olhava de forma igual a edição e a livraria brasileira. Os editores e livreiros portugueses foram elaborando de modos variados as suas hermenêuticas do espaço brasileiro enquanto centro produtor e disseminador do livro. As alterações suscitadas na visão portuguesa do Brasil editorial produziram uma perspectiva múltipla, que ocorreu num contexto de oscilação – e tensão – entre discursos amarrados a uma época de ouro que ficava irremediavelmente para trás e práticas de colaboração efectiva entre os universos tipográficos português e brasileiro, suportadas em grande medida na actuação de editores individuais, como António de Sousa Pinto, com os projectos da editora e livraria Livros de Portugal (situada no Brasil) e da editora Livros do Brasil (localizada em Portugal), caso particular, apesar de não ser único⁴.

António de Sousa Pinto, nascido no Porto, viveu os anos de infância e adolescência em Angola. Fixando-se no Brasil, constitui no Rio de Janeiro, em finais da década de 30, com Pedro de Andrade e Américo Fraga Lamares, a editora Livros de Portugal (também livraria, com portas abertas em 1941), consagrada à divulgação da literatura portuguesa. É nela que se publica uma colecção que se tornaria célebre, ‘Clássicos e Contemporâneos’, dirigida por Jaime Cortesão e ilustrada por Vieira da Silva. Regressado a Portugal em 1944, logo empreende a consecução de nova editora,

⁴ Na década de 1960, por exemplo, verifica-se a tentativa de internacionalização da parte de algumas editoras recentemente surgidas em Portugal, procedendo a uma exploração do mercado natural, o Brasil, casos da Editorial Verbo e da Livraria Morais Editora, tentativa tímida e sem resultados comerciais de viabilidade expansionista.

“irmã gémea da sua congénere brasileira” (*Livros de Portugal*, n. 55:7, fev. 1987), que funda em 9 de Junho conjuntamente com Joaquim de Sousa Pinto. Em anúncio publicado em Agosto de 1945 a jovem empresa apresenta-se como importadora e distribuidora do livro brasileiro, com representação exclusiva para Portugal e colónias de um conjunto de editoras brasileiras, e exportadora do livro português, para além de editora (*Livros de Portugal*, n. 42:137, ago. 1945). É nesta última componente que a Livros do Brasil se afirmará a breve trecho. Incapaz de cumprir as suas potencialidades enquanto votada apenas à função importadora, a editora persegue ainda nos anos 40 a realização plena da sua existência: editar. Surge a série ‘Livros do Brasil’, durante décadas a única no panorama nacional integralmente dedicada a escritores brasileiros, a maioria dos quais é introduzida em Portugal pela editora. Em *Olhai os lírios do campo*, de Erico Veríssimo, volume inaugural da colecção, o editor apresenta nota prévia intitulada “Objectivo da ‘Colecção Livros do Brasil’”, dela constando o seguinte texto:

A firma Livros do Brasil, L.da, cuja acção editorial tem sido orientada de um modo especialmente fiel à sua designação – pela divulgação do livro brasileiro em Portugal – reconheceu, ao cabo de alguns anos de esforço, que a sua iniciativa era dificultada e prejudicada pelas sempre crescentes despesas de importação, extraordinariamente agravadas pela diferença cambial entre os dois países. O livro brasileiro, importado, torna-se hoje dificilmente acessível ao público português, dadas as sobrecargas que o oneram e que não encontram compensação no nosso nível de vida. Por outras palavras: é impraticável uma larga divulgação em Portugal de livros de autores brasileiros editados no país irmão em vista das inevitáveis diferenças de preços. [par.] Ora, a firma Livros do Brasil, L.da, impôs-se, em primeiro lugar, uma missão de divulgação cultural. Entende que o livro não pode ser luxo de raros, mas sim matéria acessível a toda a gente. [par.] Perante este problema, uma questão resultou da experiência da sua actividade. Como tornar acessíveis ao público português as obras-primas da literatura brasileira, contemporânea ou não, que tanto enriquecem o património da língua portuguesa? [par.] A solução encontra-se, embora com sacrifício imediato, num acordo com as grandes editoras do Brasil. Mas, correspondendo, assim, ao seu plano inicial, de que não quer afastar-se, espera encontrar também compensação no acolhimento que o nosso público tem dado sempre às suas edições e que, com mais razão ainda, continuará a dar-lhe de futuro. [par.] Nessa conformidade, Livros do Brasil, L.da, inicia com o presente volume uma colecção das obras mais representativas da

literatura brasileira contemporânea – romances, ensaios, novelas, crítica – na certeza de que, editando-as no nosso País, as irá revelando sucessivamente ao público português em condições mais acessíveis às suas possibilidades (EDITOR, s.d.: 5)

Como breve conclusão, pode dizer-se que na relação entre Portugal e Brasil no atinente ao mundo do livro, a inversão de poder tipográfico – no que esta noção encerra em termos de influência e capacidade de expansão editorial – parece iniciar-se como processo a partir de finais dos anos 30, princípios dos anos 40 do século XX. O outrora espaço dominante, exibindo um campo do livro claramente exportador face à dependência de um outro espaço, visto à luz de um resíduo colonial como mercado passivo e natural, é ultrapassado pelo antigo espaço dominado, cujo surto de desenvolvimento tipográfico subverteu uma ordem do livro que durou vários séculos – num cenário, aliás, em que em ambas as margens do Atlântico, a presença e influência tipográfica foi plural, recebendo amplo contributo da edição francesa e dos seus editores. No decurso do processo em que se concretiza esta inversão são colocadas em jogo, de parte a parte, estratégias de influência e de contra-influência, num trajecto não linear nem homogéneo, tanto nas circunstâncias em que teve lugar quanto nos agentes que lhe deram corpo. A tensão assim gerada não conheceu apenas um registo conflitual, mas correspondeu a caminhos variados em que as propostas de colaboração e o estabelecimento de pontes foram por vezes não apenas recursos retóricos, mas formas efectivas de actuação levadas a cabo mais por editores e livreiros individuais do que por iniciativas colectivas e institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Periódicos

Capital (A). Lisboa, 1968 a 1971.

Diário de Lisboa. Lisboa, 1945 a 1971.

Diário de Notícias. Lisboa, 1940 a 1971.

Diário Popular. Lisboa, 1945 a 1971.

Livros de Portugal. Lisboa, 1940 a 1947, 1952 a 1957, 1959 a 1971, 1981 a 1998.

Primeiro de Janeiro (O). Porto, 1955 a 1971.

Livros, artigos e estudos

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010.

ANÓNIMO. O desacordo ortográfico luso-brasileiro. *Língua Portuguesa*, v. XX, p. 305-317, 1955.

BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Primeiro congresso de editôres e livreiros do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1950.

CASTRO, Adelino Lyon de, CASTRO, Francisco Lyon de. Editorial. *Ler, Jornal de Letras, Artes e Ciências*, n. 3, p. 2, jun. 1952.

EDITOR. Objectivo da 'Colecção Livros do Brasil'. In: VERÍSSIMO, Erico. *Olhai os lírios do campo*. 3. ed. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

LEÃO, Francisco da Cunha. Sobre a expansão do livro português, nas províncias ultramarinas. *Boletim Geral do Ultramar*, n. 332, p. 49-70, fev. 1953.

LISBOA, Irene. *Inquérito ao livro em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1944, v. I, *Editores e livreiros*.

LOPES, Claudia Neves. Édition et colonisation: le marché éditorial entre le Brésil et le Portugal. In: MICHON, Jacques, MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIII^e siècle à l'an 2000*. Saint-Nicolas e Paris: Presses de l'Université Laval e L'Harmattan, 2001.

MEDEIROS, Nuno. *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

MOLLIER, Jean-Yves. La construction du système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIII^e au XX^e siècle. In: MICHON, Jacques, MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIII^e siècle à l'an 2000*. Saint-Nicolas e Paris: Presses de l'Université Laval e L'Harmattan, 2001.

MOREIRA, Marcello. A nacionalização das letras da América portuguesa durante o romantismo. In: BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010.

SORÁ, Gustavo. La maison et l'entreprise. José Olympio et l'évolution de l'édition brésilienne. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 126-127, p. 90-101, mar. 1999.